



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

DO DIA 29 DE ABRIL DE 2011

Ata NÚMERO NOVE

Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e onze reuniu, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Manteigas, convocada nos termos da Lei, sob a presidência do seu Presidente, Senhor António Manuel de Lemos Santos, coadjuvado pelos Senhores Albino Saraiva Cardoso e Daniel António Quaresma Costa, respetivamente Primeiro e Segundo Secretários, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um: **Período da Intervenção do Público.**

Ponto dois: **Período de Antes da Ordem do Dia.**

Ponto dois um: Respostas às questões anteriormente colocadas pelo público que não tenham sido esclarecidas;

Ponto dois dois: Apreciação, discussão e votação da proposta de Ata da sessão anterior;

Ponto dois três: Leitura resumida do expediente e prestação de informações ou esclarecimentos pela Mesa;

Ponto dois quatro: Outras intervenções dos Senhores Deputados.

Ponto três: **Período da Ordem do Dia:**

Ponto três um: Apreciação, discussão e votação dos documentos de prestação de contas do ano 2010 e aplicação do resultado líquido do exercício.

Ponto quatro: Apreciação da informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal.

Ponto cinco: Apreciação de qualquer outro assunto de interesse para o Concelho.

Estiveram presentes nesta sessão e assinaram a lista de presenças para além do Senhor Presidente da Mesa e Senhores Secretários, os Senhores Deputados Municipais: Manuel José Correia Silva Carvalhinho, Fernanda Isento Pereira, Luís Miguel Cardoso Direito da Graça, Nuno Manuel Matos Soares, Umberto Massano Leitão, Alfredo Serra Carvalho Marcelo, José Manuel Novo de Matos, João Matos Leitão, Renato Carvalho Barbosa e também os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, Luís Pedro Matos Soares, Paulo Manuel Santos Costa, Francisco Martins Lucas e Joaquim Fernandes Albuquerque.

Não se encontravam presentes os Senhores Deputados João Adelino Paixão Salvado, Maria João Esteves Negrão Ramos, que solicitaram a sua substituição. Foram convocados os Senhores Deputados Luis Jorge Palito Vinagre e Carlos Manuel Abrantes Ferrão, que estiveram presentes. O Senhor Deputado António Júlio Leitão Garcia, contactou o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informando que se encontrava doente, pelo que foi considerada falta justificada.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- Estiveram também presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Manteigas Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho e os Senhores Vereadores, José Manuel Custódia Biscaia, António José Ascensão Fraga, José Manuel Saraiva Cardoso e Marco Alexandre Lucas Veiga. ----

----- Às **vinte horas e trinta e minutos**, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou aberta a sessão. -----

Foram aceites pela Mesa da Assembleia as inscrições dos munícipes que quiseram intervir no primeiro ponto da ordem de trabalhos. -----

----- PUNTO UM DA ORDEM DE TRABALHOS -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

----- O Senhor munícipe José Samuel começou por cumprimentar todos os presentes e dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, endereçou os parabéns pela realização da EXPO ESTRELA, da realização da prova do DOWNHILL, do evento previsto do Voo Livre. Estes certames são uma mais valia para Manteigas e para toda a gente. No entanto, quis deixar o reparo para algumas situações que podem ser melhoradas, embora achando que houve uma melhoria muito significativa. Achou que os stands eram demasiados grandes, o que levou que alguns expositores ficassem de fora por não haver mais espaço. Os stands que ficaram ao ar livre, depois da neve, ficaram encharcados e conhecendo que na Câmara Municipal há um serralheiro, este poderá no futuro fazer uma estrutura em ferro que irá cobrir os stands externos. Verificou que houve uma redução de visitantes em cerca de trinta por cento (30%) devido à crise que se atravessa e soube que alguns expositores só no último dia é que fizeram algumas vendas. Deixou o lamento de não ter havido este ano Distinções Municipais a pessoas e que não foi por falta de informação que enviou ao Senhor Presidente da Assembleia. Também referiu que ainda não lhe foi dada resposta a dois ofícios que enviou ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Deixou o alerta para a falta de estacionamento que se registam no Centro da Vila e para os atos de vandalismo que se registam ao fim de semana, com o revirar dos sinais de trânsito, as placas direcionais e com a retirada de algumas pedras nas calçadas. Questionou se a Câmara Municipal está representada na Escola de Hotelaria de Manteigas, pois achou que foi triste o exemplo dado pela Escola quando da EXPO ESTRELA, pois no stand dessa Instituição só estavam a ser distribuir uns biscoitos e sabe que existem assaltos dentro dessa Escola e que a mesma só leciona três cursos de formação o que é muito pouco em relação a ofertas de outras Escolas da região. Por último deixou a sugestão que a Câmara Municipal deveria mandar limpar o ribeiro da Vila, nomeadamente já na parte do Cimo da Vila. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia cumprimentou todos os presentes e deu as boas vindas ao Senhor Deputado Luis Jorge Palito Vinagre presente pela primeira vez nesta Assembleia e deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para esclarecimentos ao Senhor Munícipe. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----O Senhor Presidente da Câmara começou por cumprimentar todos os presentes e dirigindo-se ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou que nada tinha a esclarecer o Múncipe e que registou tudo o que foi dito. -----

-----O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, Paulo Costa, pediu a palavra ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, para esclarecer que, quanto à limpeza do Ribeiro da Vila é uma preocupação da Junta de Freguesia de Santa Maria, desde o início do actual mandato tendo executado naquele ribeiro acções de limpeza. Já foram retirados vários tipos de lixo como por exemplo carcaças de máquinas de lavar, frigoríficos, microondas, pneus de viaturas e alguns plásticos, sendo a última acção de limpeza ainda este mês. Iniciou-se no ano anterior a jardinagem das margens do ribeiro da Vila com algumas plantas autóctones que continuará este ano a ser executado com a equipa de sapadores florestais. O ribeiro da Vila está jardinado e com passeios para as pessoas até a ponte da rua de Santa Maria. A Vila cresceu para Norte e desde essa ponte até ao loteamento de Santa Maria não existem passeios nem acções de ajardinamento no Ribeiro, mas sim acções de limpeza e corte da vegetação. -----

----- PONTO DOIS DOIS DA ORDEM DE TRABALHOS -----

APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR.

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu por aberta a discussão da ata, afirmando que desta vez a mesma chegou atempadamente a todos os Senhores Deputados através de email e não tendo chegado qualquer tipo de proposta para alteração, é do seu entendimento que a ata estará fidedigna e corresponde ao que se terá passado na última assembleia. Reconheceu que não era fácil a elaboração desta ata e elogiou o esforço do Senhor Martiniano para a composição da mesma. Contudo, se houver alguma proposta para alteração, ainda se poderá fazer.-----

-----O Senhor Deputado Novo de Matos cumprimentou os presentes e, não tendo qualquer proposta de alteração a fazer, quis dar os parabéns a quem fez a ata, pois com pequenas alterações na metodologia se pode transcrever a totalidade das intervenções. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes e, a pedido do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro, por se encontrar em deslocação para esta Assembleia, proveniente de uma reunião em Lisboa, solicitou que seja retirada a palavra “antecipadamente”, pois nunca recebeu a ata em causa. Relativamente às suas intervenções, quis questionar duas situações: na página cento e cinquenta e quatro, onde começa a Ordem do Dia, é mencionado “votar a proposta do Grupo Municipal do Partido Socialista” e repetido mais à frente, pensa não estar correto pois não se lembra de ter havido qualquer proposta e a proposta referida é a que o próprio fez em relação à alteração da Ordem de Trabalhos. -----

----- O Senhor Deputado Manuel Carvalhinho referiu que na página cento e cinquenta ao se mencionar “Reaberta a sessão o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou que o grupo municipal do Partido Socialista lhe havia transmitido a possibilidade de aceitação da proposta...”,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

do grupo municipal do PSD, caso se ratificassem todos os atos, pelo que a proposta que deveria ser mencionada na página cento e cinquenta e quatro é do PSD. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia concordou com o exposto pelos Senhores Deputados, mas alertou para o facto de estarem implícitas duas propostas, sendo uma do Partido Socialista e outra do PSD, pelo que se deverá acrescentar a designação “Partido Social Democrata”. A proposta do PS é que sejam ratificados todos os atos da Câmara Municipal e a do PSD é a de acrescentar os diversos pontos na Ordem de Trabalhos, de modo a se poderem ratificar os atos praticados. -----

----- O Senhor Deputado Manuel Carvalhinho interveio dizendo que a proposta do ponto três um A, de inclusão dos pontos da ata anterior na votação da última assembleia, foi uma proposta do PSD. Proposta que foi aceite na medida em que foi acordado em ratificar todos os atos praticados, que é a proposta do PS, pelo que a proposta do PSD ficou condicionada à proposta do PS. ---

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia voltou a alertar para o facto de se estar perante duas propostas diferentes. -----

----- O Senhor Deputado Novo de Matos afirmou que o texto deveria ser mais claro, pois do modo como foi escrito não se torna explícito que são propostas de partidos diferentes. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia disse que se poderia acrescentar “e a proposta do Partido Social Democrata em incluir os pontos...” Assim sendo, foi dada confiança à Mesa para proceder à alteração mencionada. Procedeu-se à votação da ata da reunião do dia dezoito de fevereiro de dois mil e onze que foi aprovada por maioria tendo-se observado duas abstenções de dois Senhores Deputados que não estiveram presentes na referida assembleia. -----

----- PONTO DOIS TRÊS DA ORDEM DE TRABALHOS -----

LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE E PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES OU ESCLARECIMENTOS PELA MESA

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu conhecimento das substituições efetuadas provenientes da documentação chegada à Mesa e aproveitou para saudar o Senhor Deputado Luís Vinagre, que veio substituir o Senhor Deputado João Adelino Paixão Salvado. -----

Passando à leitura do expediente, deu conhecimento do ofício enviado pela Senhora Presidente da Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, sobre a deliberação tomada por unanimidade da constituição de uma comissão para consensualizar o texto de três moções apresentadas relativa à introdução de portagens na A23 e dando conhecimento das ações levadas a cabo junto dos grupos parlamentares e de alguns ministérios sobre a decisão de colocação de portagens na A23, A24 e A25. -----

Continuou lembrando a questão levantada pelo Senhor Deputado Nuno Soares sobre o estatuto de direito da oposição e que após se ter informado sobre a situação, constatou a existência da Lei nº 24/98, de 26 de maio, sobre a aprovação do referido estatuto. Esta Lei diz que “são titulares do direito de oposição, os partidos políticos representados na Assembleia da República e que não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

façam parte do Governo bem como os partidos políticos representados nas assembleias legislativas regionais e nos órgãos deliberativos das autarquias locais e que não estejam representados no correspondente órgão executivo. São também titulares do direito de oposição, os partidos políticos representados nas câmaras municipais, desde que nenhum dos seus representantes assuma pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade, direta ou indireta, pelo exercício de funções executivas”. Assim sendo e resumindo, os titulares do direito de oposição têm o direito de ser informados, regular e diretamente, pelos correspondentes órgãos executivos, sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público relacionados com a sua atividade. Continuou informando sobre o direito de consulta prévia e disse que “os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais e que não façam parte dos correspondentes órgãos executivos, ou que neles não assumam pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas, têm o direito de ser ouvidos sobre as propostas dos respetivos orçamentos e planos de atividade”.

----- O Senhor Deputado Nuno Soares pediu a palavra para dizer que facultaria, por sua conta, para não ser acusado de despesista, um exemplar da Lei a todos os elementos da Assembleia Municipal, pelo que pediu autorização para tal. Acrescentou que o que referiu em ocasião anterior era o relatório mencionado no artigo décimo, números um e dois. Ou seja, tanto o PSD como a CDU deveriam ser previamente consultados sobre o orçamento e plano de atividades, pois os vereadores eleitos pelo PSD não exercem funções executivas, não têm pelouros atribuídos, nem têm poderes delegados pelo senhor Presidente, tanto quanto é do seu conhecimento. E como consta da ata elaborada nessa ocasião, foi por si mencionado que o PSD não foi consultado sobre os documentos mencionados, tal como aconteceu com o senhor deputado Novo de Matos. Assim sendo, não se consultando a oposição, terão de elaborar o relatório de avaliação e apresentá-lo até final de março. Este facto está relatado no artigo décimo, nos números um e dois. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia reconheceu que o relatório está consagrado no artigo décimo, pelo que se não foram consultados também não poderá haver relatório de avaliação.-----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares contrapôs afirmando que por não terem sido consultados é que terá de haver relatório de avaliação. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia discordou desta opinião e informou que o relatório de avaliação deverá ser feito sobre a forma como foi efetuada a consulta e logo do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias, pelo que o que poderia acontecer era fazer um relatório de avaliação que dissesse que não tinha sido observada essa questão. Mas reconheceu que as forças representadas não exerceram o seu direito à oposição, o que poderia ter acontecido se tivessem solicitado ser ouvidas ao abrigo deste estatuto, pelo que a questão se poderá colocar futuramente, pois até à atual data ninguém tinha conhecimento de que haveria relatórios de avaliação. Apesar da publicação das leis e do conhecimento que todos deveriam ter das mes-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

mas, afirmou que aqueles que querem exercer os seus direitos devem pugnar por eles, ou seja, deveriam solicitar ser ouvidos para o efeito. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares acrescentou que deseja que fique registado, em nome do grupo parlamentar do Partido Social Democrata, para que aquando da elaboração do próximo orçamento e plano de atividades, serem ouvidos antes dos documentos terem a sua versão definitiva. -----

----- O Senhor Deputado Novo de Matos disse que também ele desejava ser consultado. -----

----- O Senhor Deputado Manuel Carvalhinho interveio no sentido de esclarecer este assunto dizendo que é correto mencionar o artigo da consulta prévia, mas o que está consagrado é que os grupos têm o direito de ser ouvidos sobre as propostas dos respetivos orçamentos, pelo que o direito de audição começará sempre por uma questão prévia que é a receção das propostas provenientes do executivo para posteriormente se poder exercer o direito de audição sobre as mesmas. Continuou afirmando que não poderão andar a pressionar o executivo com prazos de entrega das propostas, mas logo que estejam prontas deverão ser remetidas para exercer o direito de audição. -----

----- O Senhor 1º secretário Albino Cardoso começou por cumprimentar os presentes e salientou ser interessante e promissor o interesse em querer participar no poder da autarquia, mas mostrou-se surpreendido por esta ser a primeira vez que tal assunto é falado nos dezasseis ou dezasseite anos em que faz parte da Assembleia, pois foi oposição durante dezasseis anos e nunca foi consultado sobre o assunto, pelo que lamenta que anteriormente tal não tenha acontecido. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal solicitou a palavra para dizer que o direito de oposição prevê um determinado cumprimento por parte do executivo e por isso, e como já havia referido em reunião de Câmara, este executivo está a alterar muitas coisas e esta será uma delas, pelo que o que a Lei propuser, e o serviço jurídico está a analisá-la, será aplicado. Continuou afirmando que também ele lamenta que esta Lei ao ser do conhecimento do Senhor Deputado, a não tenha mencionado mais cedo, podendo agora invocar que a desconhecia, mas tal não é o caso. Disse ainda que ao saber da Lei, o Senhor Deputado guardou o conhecimento da mesma em vez de ter aconselhado o anterior executivo a consultar a oposição. Terminou deixando o compromisso do executivo em cumprir o que está estipulado na Lei. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu ainda conhecimento da carta enviada pelo Senhor 1º Secretário da Mesa Albino Cardoso, solicitando cópia de todos os documentos que possam existir na Câmara Municipal sobre a aprovação /designação de Manteigas para a sede da Junta da Comunidade Urbana das Beiras – Comurbeiras, bem como da designação/votação da cidade da Covilhã para funcionamento da mesma sede. Acrescentou que foi solicitado ao executivo, através do Senhor Presidente, que informasse sobre esta matéria e, após recolha de volumoso dossier e pesquisa desde dois mil e quatro até dois mil e onze, conclui-se que não foi encontrado nada referente à designação/votação da cidade da Covilhã para sede da Comurbeiras e tal não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

poderia acontecer uma vez que, os próprios estatutos fixam o Conselho Executivo em Manteigas, sem mencionarem onde se localizarão os serviços administrativos, mas que os mesmos se deveriam localizar na mesma sede do conselho executivo. O facto é que os serviços administrativos estão a decorrer na Covilhã onde se encontra o Presidente do Conselho Executivo e não estranha que, se no futuro o Presidente do Conselho Executivo for o Presidente de outra Câmara, os mesmos serviços administrativos passem para esse Município. Esta é uma questão que deverá ser devidamente analisada, pois não existe nenhuma deliberação do Conselho Executivo que altere esta situação. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Biscaia depois de obtida a anuência do Senhor Presidente da Câmara para intervir solicitou a palavra para esclarecer que esta questão foi levantada numa reunião em sede da Comurbeiras pelo Executivo da Câmara de Manteigas e da qual deverá existir uma ata, sobre o facto daqueles serviços estarem em instalações da Câmara da Covilhã. Salientou que nessa ata deverá estar a sua oposição formal relativamente a essa matéria. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia questionou o senhor vereador José Manuel Biscaia sobre a existência desse documento nos arquivos da Câmara de Manteigas.-----

----- O Senhor Vereador José Manuel Biscaia respondeu que esse documento apenas existe em sede da Comurbeiras e no qual está expressa a sua oposição ao funcionamento dessa sede na Covilhã. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal afirmou que a sede não tem funcionado apenas e só na Covilhã. Apesar de estar definido em estatuto que a sede é em Manteigas, os mesmos não são claros quanto à localização do funcionamento dos serviços administrativos, mas que é pena que os serviços administrativos se tivessem deslocado para a Covilhã porque foi para lá que foram recrutados os meios técnicos e é lá que são pagos os ordenados a pessoas daquela cidade. Esclareceu, contudo, que as reuniões do Conselho Executivo não têm sido sempre na Covilhã, existindo alguma rotatividade e já houve algumas que foram realizadas em Manteigas, onde acha que se deveria reunir sempre. No entanto, este processo está mal desde o início, pois haveria grandes vantagens se a definição do funcionamento dos serviços administrativos e respetivos quadros técnicos fosse em Manteigas e com pessoas do concelho.-----

----- O Senhor Deputado Novo de Matos solicitou a palavra para que o esclarecessem sob quem estava na Presidência do Conselho Executivo da Comurbeiras.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou ser o Presidente da Câmara da Covilhã. Acrescentou ter um esclarecimento complementar que é o facto de os estatutos consagrarem “*ipsis verbis*” que “*a comunidade tem sede em Manteigas*”, não deixando qualquer dúvida, pelo que, na sua opinião, os serviços administrativos funcionam, abusivamente, na Câmara da Covilhã. Os mesmos estatutos referem que a assembleia da comunidade funcionará em Belmonte.

----- O Senhor Deputado Nuno Soares disse querer falar sobre o assunto para esclarecer que na última assembleia da Comurbeiras, onde também estiveram o Senhor Presidente da Mesa e o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Senhor 1º Secretário, esta questão foi por si diretamente levantada e pediu à mesa executiva que fosse facultado a todos os deputados da Comurbeiras, o estudo económico-funcional que determinou a instalação na Covilhã dos seus serviços administrativos. Adiantou que o Senhor Vice-Presidente António Batista, da Câmara de Almeida, não teve resposta para dar, mas o primeiro passo para se poder reclamar desta situação era perguntar, a quem de direito, qual a justificação para tal. Acrescentou que os seus dois colegas na Comurbeiras tiveram a oportunidade para verificar a não resposta que foi dada, dizendo exatamente os estatutos que a sede é em Manteigas e tentou justificar a instalação na Covilhã pelo facto de o presidente daquela Câmara Municipal ser também o presidente da Comurbeiras. Assim sendo, propõe que seja votado, nesta assembleia, um voto de protesto pela situação atual e que fosse feita pressão junto do órgão executivo para que a sede passe, efetivamente, para Manteigas. Continuou dizendo que ou se alteram os estatutos ou então a sede tem de ser, efetivamente, em Manteigas, pelo que, sendo interessados diretos nesta matéria, não se pode ser complacente com a situação. O facto de o Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã acumular funções não pode, de forma alguma, servir de justificação para esta situação. E deste voto de protesto deverá ser dado conhecimento ao órgão executivo e ao Senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal, que mostrou abertura para um possível debate sobre a alteração de estatutos e sobre a alteração das sedes, tanto do órgão executivo, como da própria Assembleia.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia sugeriu ao Senhor Deputado Nuno Soares que redija uma proposta para ser apreciada no último ponto da ordem de trabalhos para se poder votar como documento. Relativamente à reunião intermunicipal informou que pouco ou nada adiantou, pois foi uma reunião mais social que de trabalho profícuo, pois foram apresentadas as contas que refletem uma taxa reduzidíssima de execução em que de um milhão e duzentos mil (1.200.000,00€) foram apenas executados cerca de duzentos e poucos mil euros, não se levando por diante o projeto de formação dos técnicos dos quadros das câmaras municipais da região, porque, segundo o Senhor secretário coordenador, não houve interesse por parte das câmaras municipais em enviar os técnicos para as formações previstas. Também a criação de uma região com Castela e Leão e a questão importante da florestação dos baldios, que poderia dar uma dimensão e criar um projeto sério nesta zona, não avançou. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal solicitou a palavra para retificar a informação de que os serviços administrativos não funcionam na Câmara da Covilhã, mas sim na Parkurbis, pelo que esta entidade deverá estar a receber rendas da Comunidade Intermunicipal. Disse que adiantou esta informação pois poderia ter influência na proposta que vai ser apresentada. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia aditou que o valor desta renda é de seiscentos euros (600,00€) por mês. -----

----- O Senhor Deputado Novo de Matos questionou quem é que teria o poder de decisão do poder dessa entidade. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou ser a Assembleia Intermunicipal.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia acrescentou que essa seria uma matéria para o Conselho Executivo, pois é a quem cabe dar cumprimento aos estatutos, mas protestar contra o não cumprimento é uma competência da assembleia intermunicipal.-----

----- O Senhor Deputado Novo de Matos retomou afirmando que deverá haver alguém que tem capacidade de decisão de execução e que tem de ser responsabilizado pelas decisões tomadas. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal solicitou a palavra para dizer ser no mínimo estranho que a Câmara Municipal viesse agora a oferecer instalações quando, economicamente, Manteigas não ganharia nada com isso, sendo os ordenados pagos a pessoal da Covilhã, pelo que conclui que neste momento é tarde e que este assunto deveria ter sido decidido num determinado momento e quem estava no Conselho Executivo e na Assembleia deveria ter olhado de uma forma eficaz. Parece-lhe que agora nenhuma Câmara vá ceder instalações e os ordenados serem pagos a técnicos da Covilhã. Seria mais fácil recrutar em Manteigas se inicialmente os serviços administrativos funcionassem neste concelho.-----

----- O Senhor Deputado Novo de Matos concordou com o exposto pois se estatutariamente é em Manteigas que a sede tem de funcionar, não compreende como é que isso não é possível. Acha estranho os serviços administrativos estarem sediados noutra cidade diferente da do Conselho Executivo, pelo que existe uma enorme diferença entre a teoria e a prática, pois na teoria “somos os maiores” e na prática “os outros é que são os bons”. Neste sentido, concluiu dizendo que subscreverá a proposta apresentada pois acha imperioso que algo seja feito.-----

----- PONTO DOIS QUATRO DA ORDEM DE TRABALHOS -----

Outras intervenções dos Senhores Deputados

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu início às intervenções dos Senhores Deputados.-----

----- O Senhor Deputado Manuel Carvalhinho interveio informando que recebeu um email contendo a ata da reunião do executivo do dia quinze de abril pelas dezasseis horas de hoje. Questionou sobre qual a data da aprovação da versão final da referida ata, pois acha que sendo um assunto premente, a receção desta ata deveria ter acontecido com mais antecedência para que fosse lida e estudada com calma. Esta ata reflete a aprovação da prestação de contas.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou que não foi nada de grave pois foi fruto da rotina normal do trabalho. O tempo que intermediou entre a reunião do executivo e a realização desta assembleia foi apenas de dois dias, pelo que reconhece que não será fácil ter uma versão final da Ata pronta quase “na hora”.-----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares disse que esta sua intervenção seria no seguimento da página cento e sessenta e nove da ata que se acabou de aprovar e na qual estavam mencionados alguns pedidos seus dos quais não tinha obtido qualquer informação. Nessa reunião disse ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia que lhe faria chegar as atas e os números de página onde esses pedidos estão. Acrescentou que não mencionará alguns que, com o decorrer do tempo, perderam a atualidade e de alguns “reparos” feitos ao executivo, como por exemplo a tramitação dos terrenos da Relva da Reboleira, a questão da televisão digital terrestre e a situação das obras que aconteceram ou que estão a acontecer junto ao depósito de água de Sameiro. Sobre estes assuntos, acredita que o Executivo terá tomado a devida nota, mas gostaria de ter algum *feedback* das ações que terão sido tomadas, não necessitando de saber todos os pormenores, mas apenas que desenvolvimento tiveram, principalmente a questão das obras junto ao depósito da água e à sua legalidade, podendo por em risco a saúde pública. Relativamente ao estatuto da oposição disse estar tudo clarificado. Mencionou a compra da SOTAVE que consta na ata número seis, na sua página cento e catorze; o pedido de marcação de um debate sobre as tarifas da água que consta na ata número cinco, página cento e um e o debate sobre a reforma administrativa sobre o qual o senhor Presidente da Mesa da Assembleia iria pensar, como consta na ata número oito, página cento e setenta e cinco. Solicitou os melhores esforços, ao Senhor Presidente da Mesa, para que estas questões fossem levadas a bom termo. Congratulou-se com a “mini-solução” para a estrada 338 que, pelo observado nas atas do Executivo, terá alguma abertura ao trânsito pesado e louvou os esforços feitos pela Câmara nesse sentido. Quis aproveitar a oportunidade para lembrar que o Senhor Secretário de Estado, cabeça de lista pelo Partido Socialista pela Guarda nas próximas eleições, prometeu concurso para alargamento que ainda não foi feito, pelo que se deve aproveitar a oportunidade para, durante a sua presença na campanha eleitoral, lhe perguntar para quando essa abertura de concurso, assim como é da tutela do senhor Secretário de Estado a ligação à Benespera da estrada 232, como prometido que seria realizado esse troço e do qual se continua à espera. Outro assunto que gostaria de ver esclarecido é a questão do INATEL que, pelo que percebeu pelas atas, depois de uma primeira “arrancada” se voltou ao ritmo de corrida que existia no anterior Executivo em que o INATEL prometia muito mas que nunca saía das promessas. Pelo que percebe pela reação do Senhor Presidente da Câmara, discordando desta opinião, espera que tenha boas notícias para dar a esta Assembleia. Relativamente ao funcionamento da mini-hídrica, projeto vindo do executivo anterior, sabe que estará pronta há mais de um ano, foi licenciada pela EDP e segundo sabe haverá um problema de ligação à rede, pelo que não percebe como é que um projeto devidamente licenciado tenha problemas deste tipo. Assim sendo, solicita esclarecimentos ao Senhor Presidente da Câmara e acrescentou que poderá contar com todo o apoio do grupo municipal do PSD para exercer pressão junto da EDP com vista à resolução desta situação, pois a Câmara perde receitas devido à não utilização do equipamento. Finalizou esta intervenção mencionando um requerimento apresentado em junho de dois mil e dez sobre o cumprimento do acórdão 3/2010 do Supremo Tribunal Administrativo, informando que na página cento e onze da ata número seis lhe foi respondido que o “acórdão em causa não é aplicável a qualquer eleito local em exercício de funções na Câmara Municipal de Manteigas” e depois



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

de algumas averiguações, concluiu que esta informação foi demasiado sintetizada, ou seja, consultando o Diário da República pode-se comprovar que o Senhor Presidente está aposentado e o que diz o acórdão do Supremo Tribunal Administrativo é que, tendo em conta a contenção imposta às despesas públicas, quem auferir, neste caso, de uma pensão e de um vencimento de um órgão público, terá de abdicar ou de dois terços da pensão ou de dois terços do vencimento, consoante o que optar, pelo que questiona a presunção destes pressupostos e se, desde outubro de dois mil e nove, data da tomada de posse, tal foi devidamente cumprido ou, se a Caixa Geral de Aposentações (adiante designada por CGA), não tendo feito cumprir o acórdão nessa altura a situação foi entretanto regularizada, uma vez que pelas contas apresentadas é facilmente notável que o Senhor Presidente auferir por inteiro o vencimento da Câmara, pelo que se depreende que terá abdicado de parte da aposentação. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia respondeu ao Senhor deputado Nuno Soares dizendo que não lhe parece ter havido falta de informação, através da Mesa, mas irá analisar melhor aquando da redação da ata e dar-lhe-á o devido seguimento. No entanto tinha ficado com a impressão que a intervenção tida anteriormente relativa à situação das obras em Sameiro seria um alerta para o que se estava a passar e não um pedido de informações sobre o assunto e questionou o senhor Presidente da Câmara se gostaria de esclarecer alguns aspetos. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara agradeceu e disse que relativamente à questão da CGA a situação foi regularizada passados dois meses da tomada de posse. A Câmara comunicou à CGA, mas como esta não despachou o processo imediatamente, atrasou os serviços, a situação foi regularizada e o acórdão foi cumprido, podendo ser consultada toda a documentação relativa a este processo. Quanto às outras questões e começando pela televisão digital terrestre, aproveitou para cumprimentar o Senhor Deputado Pedro Soares que chegou de uma reunião sobre este mesmo assunto e disse que incumbiu o Senhor Vereador de colocar a questão junto da Telecom, pois existia o receio de que Manteigas ficasse para trás neste processo. A informação recolhida pelo Senhor Vereador foi de que não havia motivo para qualquer receio porque Manteigas iria ser abrangida por esta tecnologia, ficando a guardar um documento escrito que comprove isto mesmo. Acrescentou que os serviços de fiscalização foram ao local das obras em Sameiro, não se recorrendo, de momento, sobre a legalidade das mesmas, mas que foi transmitida informação escrita às Águas do Zêzere e Coa. Relativamente à “mini-solução” encontrada para a estrada 338 foi conseguido que fossem retirados os sinais de trânsito que impediam a circulação de pesados. A Câmara anterior tinha acordado em que fossem colocados e a atual fez com que fossem retirados. Informou que ainda hoje tinha falado ao telefone com o senhor Secretário de Estado que deverá ter alguma dificuldade em fazer campanha no distrito por existirem situações menos simpáticas, pois este candidato pelo Partido Socialista, cabeça de lista pelo distrito da Guarda, fez algumas promessas antes das eleições Autárquicas de dois mil e nove e veio a Manteigas prometer que a estrada iria ser feita e que até dezembro, o projeto de alargamento, estaria a concurso. Acrescen-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

tou que teve a oportunidade de lhe dizer que estas são situações que em nada abonam a seu favor e que se há marcas que ele tem no distrito, uma delas é essa e as outras serão os pórticos na A23 e A25 e esta posição já a tinha manifestado numa intervenção junto a uma rádio local da Guarda. Quanto à ligação à Benespera disse que foi uma aspiração de Manteigas e da Câmara da Guarda mas num tempo recente, não num tempo remoto e sabe que este processo está em andamento e que há cerca de mês e meio estava pronto para ser colocado à discussão pública o impacto ambiental. Outro assunto mencionado foi o INATEL e sobre o qual disse que não está na mesma. Não fizeram qualquer referência à necessidade de alterações ao protocolo e no decurso da BTL (Bolsa de Turismo de Lisboa) foi-lhe dito, pelo presidente do conselho de administração e pelo vice-presidente, que brevemente se deslocariam a Manteigas. Contudo a BTL foi em fevereiro e eles ainda não vieram, pelo que se não vierem em breve, a Câmara deslocar-se-á a Lisboa para discutir o protocolo, pois não se voltará atrás na decisão da cedência dos terrenos. Reconheceu que o mais problemático será o financiamento para a construção do edifício, pois o que estaria escrito num pseudo-programa de financiamento não tinha financiamento garantido. O único financiamento garantido era do PROVERE e seria para Projetos Âncora e os projetos complementares nunca tiveram financiamento garantido. O PROVERE não é um programa de financiamento, mas um Plano de Otimização Regional, pelo que a ideia de haver milhões no PROVERE era completamente errada. Mencionou que a mini-hídrica não tem problemas de ligação e que a mesma se encontra ligada. O problema é que a Direção-Geral de Energia não emitiu o devido licenciamento para que se possa começar a produzir energia e pensa que no espaço de uma semana tudo estará resolvido.-----

ORDEM DO DIA

PONTO TRÊS, UM - APROVAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO 2010 E APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu por iniciado este ponto da ordem de trabalhos aceitando a inscrição dos Senhores Deputados que desejem intervir.-----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares teve a palavra para formular algumas questões ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e posteriormente algumas considerações sobre as contas. Assim sendo, começou por dizer que na Ata da Câmara, o Senhor Presidente refere que algumas medidas concretizadas no ano dois mil e dez, pelo executivo, tiveram como impacto, o aumento das visitas ao concelho, pelo que gostaria de saber se existe algum estudo feito por alguma entidade que demonstre tal situação. Constatou-se, durante a discussão que foi feita na reunião do executivo, que havia alguns documentos que não estavam em conformidade com o normal, como por exemplo erros de transcrição de saldo e problemas com a folha de cálculo e por isso gostaria de saber se já estavam resolvidos. Outra questão que gostaria de colocar é a dos empréstimos, pois é referido várias vezes, no relatório de atividades, que em dois mil e onze acontecerá e em dois mil e doze acontecerá... No entanto, lembra que o que vai acontecer de certeza



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

é a subida dos juros e por isso é fácil perceber que alguns dos indexantes utilizados nos empréstimos, também da Câmara Municipal, já subiram vinte e cinco por cento (25%) e alguns até mais, desde o início do ano, o que vai trazer um encargo adicional à Câmara que terá de suportar e pela análise feita ao orçamento, os valores inscritos para juros e amortizações não serão cumpridos integralmente, pelo que gostaria de saber como é que o executivo pensa intervir de forma a que as contas não entrem em descalabro. Concluiu dizendo que depois de obter estes esclarecimentos gostaria de fazer uma abordagem mais precisa sobre as contas. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara para esclarecer os pontos apresentados informou que o aumento das visitas ao concelho é um conhecimento empírico que tem da situação, porque se nota no fluxo das pessoas, salientando que nos últimos dias, fruto de realizações da Câmara, se registou uma presença de, no mínimo, duzentas e cinquenta pessoas. Duzentas dessas pessoas assistiram a um seminário organizado em Manteigas e que teve como tema a implementação das redes primárias e criação de faixas de gestão de combustível neste concelho e outros. A Câmara irá apresentar resultados, porque o que se está a fazer é que após cada atividade realizada haja uma análise sobre a mesma, para perceber qual o impacto que essa atividade teve para o concelho e caso não exista impacto, essa atividade não será repetida. Disponibilizou-se para trazer à Assembleia algumas conclusões lógicas e até números se tal for o caso. Relativamente aos documentos que estariam em desconformidade, tal foi resolvido. Quanto aos empréstimos disse saber que vai haver subida dos juros e se as verbas inscritas no orçamento não chegarem, o que se tem a fazer é uma revisão orçamental, porque se está constantemente sob a ameaça do aumento dos juros, da restrição do crédito e das dificuldades de recurso ao mesmo. Referiu que o peso da dívida, para o qual o atual executivo contribuiu com trezentos e noventa e seis mil euros (396.000,00€), resultante do empréstimo do ano passado para aquisição da SOTAVE, é de cerca de quatro milhões e quinhentos mil euros. Os empréstimos atrasados que foram contraídos no passado, têm um peso enorme na atual dívida, e reconheceu que poderá haver necessidade de recorrer a mais empréstimos, porque para fazer face aos fundos comunitários durante o ano de dois mil e onze haverá incremento de despesa e receita em termos de capital, que se espera superior à de dois mil e dez, pois nesse ano não havia projetos feitos para candidatar. O que havia era ideias. Candidataram-se ideias que vieram a ser chumbadas. Passou-se o ano de dois mil e dez a fazer projetos, que agora estão feitos, com candidaturas consubstanciadas, com notificações de intenção de adjudicação e apenas se espera pela decisão final de financiamento para se poderem iniciar algumas obras, de modo a satisfazer uma percentagem considerável no que diz respeito ao cumprimento do plano de atividades. -----

----- O Senhor Deputado Novo de Matos tomou a palavra para solicitar esclarecimentos sobre algumas siglas presentes no documento de Balanço, nomeadamente “AP”, “AB” e “AL”, pois não existe qualquer legenda. Outro assunto sobre o qual pretendia ser elucidado é a listagem de imó-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

veis a regularizar. A sua dúvida é se aqui estão todos os imóveis da Câmara, se apenas os que estão por regularizar ou que se encontram em fase de regularização. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que essa listagem enumera os que estão por regularizar. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares disse ter apenas algumas notas, sobre as contas apresentadas, para justificar a posição de voto, começando por afirmar que subscreve integralmente, até pela grande consonância que existe entre os Senhores Vereadores do PSD no Executivo e o seu grupo municipal, todas as críticas feitas, em sede de executivo e vertidas na **respetiva** ata número sete de dois mil e onze, hoje recebida por email. Continuou a sua intervenção deixando algumas ideias que lhe parecem ser interessantes. Refere que no texto o Senhor Presidente diz que “coube ao executivo atual a complexa tarefa de arrumar a casa”. No entanto, o Senhor Deputado disse ter alguma dificuldade em perceber o que significa este “arrumar de casa”, porque para dar um exemplo muito fácil, todos podemos ter em casa uma sala onde só se tem uma mesa. Para uns, ter a casa arrumada pode ser ter a sala com a mesa no meio e para outros pode ser ter a mesa a um canto e a casa continua arrumada, pelo que a questão da “arrumação” tem muito que se lhe diga. Disse ainda que a Câmara Municipal de Manteigas, para grande gozo de todos, foi a primeira e pensa que ainda é a única a nível nacional, que tem os seus serviços com certificação de qualidade e não consegue compreender que tendo todos os seus serviços com esta certificação não funcione corretamente. Outra questão que lhe custa entender é como é que tendo esta certificação se conseguem determinados patamares na produtividade dos serviços, porque se estão certificados é porque existe um fluxo contínuo de informação e de trabalho. Relativamente à amortização de dívidas, é óbvio que a Câmara tem de amortizar os empréstimos nas datas contratadas, mas o que se constata pelas contas é que o endividamento líquido aumentou, pelo que não consegue entender o que se pretende dizer com “amortização de dívidas”. Outra afirmação feita na caracterização da atividade é “a gestão da Câmara foi de poupar, poupar, poupar consigo própria”, o que o leva a ter receio que se poupe demais. Esta poupança refere-se exclusivamente a quinhentos e noventa e cinco mil euros (595.000,00€), contrariamente ao mencionado no texto que a redução de gastos foi superior a seiscentos mil euros (600.000,00€), assim como a redução não é de mais de quinze por cento (15%), mas de catorze e meio por cento (14,5%). No seguimento do tal “arrumar de casa” parece que foi uma primeira fase e que se iniciou uma segunda fase, mas espera que esta segunda fase nada tenha a ver com uma quantidade de quadros especializados desta Câmara Municipal que, segundo se fala “à boca cheia” em Manteigas, vão deixar de aqui exercer funções, tornando-se este facto numa grande perca para os serviços. Continuou dizendo querer sublinhar, e este sublinhar é a “carregado e a vermelho bem grosso”, a ilegalidade destas contas ao contemplar uma despesa corrente superior à receita corrente, o que obrigou à transferência de receitas de capital para despesa corrente, pelo que lhe custa compreender como é que o senhor Presidente da Assembleia, conhecendo outras intervenções que já teve, nesta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

casa e sobre esta matéria, não tenha usado da palavra para dizer o que disse anteriormente. Não é novidade para ninguém, com exceção para o Senhor Deputado Luís Vinagre que está presente pela primeira vez, que o Senhor Presidente da Assembleia sempre teve uma posição muito frontal contra a possibilidade de se transferir receitas de capital para pagar despesas correntes, o que lhe causa alguma preocupação. E como a despesa corrente é superior à despesa de capital em quase vinte por cento (20%), mais preocupado fica. E pegando no orçamento de dois mil e dez, percebe-se que a intenção da Câmara que era ter uma distribuição de trinta e sete por cento (37%) para despesas correntes e sessenta e três por cento (63%) para despesas de capital, conseguiu a magnífica execução de despesas correntes de cinquenta e cinco por cento (55%) e despesas de capital de quarenta e cinco por cento (45%). Assim sendo, constata que afinal tinha razão quando se alertou para a ilusão que era o plano de atividades apresentado. Os trinta e cinco por cento (35%) em despesa de capital, em outros tempos, dariam direito a um daqueles raspanetes e sermões à moda antiga e não querendo ir por aí, espera que isto seja apenas por ser início de mandato. Quando se diz que a despesa corrente baixou seiscentos mil euros (600.000,00€), afinal também não tem uma baixa tão significativa à custa da intervenção do executivo, porque cerca de cem mil euros (100.000,00€), ou noventa e cinco mil (95.000,00€) aproximadamente, é uma poupança funcional e não por ação do executivo, pois tem a haver com os funcionários que se aposentaram entretanto, tem a haver com o facto de o Senhor Vereador Dr. António Fraga não auferir vencimento, ao contrário do que acontecia com o Senhor Vereador Pinheiro, tem a haver com o facto de o Chefe de Gabinete ter passado a ser o Senhor Rui de Carvalho, que é funcionário desta Câmara enquanto que o Professor Lameiras o não era, pelo que não houve um cortar de cargos, mas por força das circunstâncias, uma redução. Continuou afirmando que a “velha história” da dívida, tão gasta e tão mal afirmada, tinha de voltar a esta sala. Em dois mil e oito a dívida a fornecedores era, em números redondos, de cerca de um milhão de euros (1.000.000,00€); em dois mil e nove passou para um milhão e meio (1.500.000,00€); este ano são dois milhões (2.000.000,00€) e espera ser vivo no próximo ano e não estar a discutir se passou muito ou pouco dos dois milhões e meio (2.500.000,00€). A justificação de que a culpa é do antigo executivo, e nisso o Partido Socialista é hábil porque também o senhor engenheiro Sócrates culpa constantemente o Santana Lopes ou alguém que por lá passou no governo que o antecedeu, apesar de já lá estar há mais de meia década, vamos ver que a culpa ainda deve ser do Sá Carneiro por ter morrido, essa história do anterior executivo justifica muito pouco. Lembrou que pediu, nesta assembleia, uma informação sobre a situação das contas na transição de mandato e apesar de ela ter demorado algum tempo, pois a tomada de posse já foi há mais de um ano, e apesar da informação apenas ter chegado há três ou quatro meses e não exatamente como a pediu, o essencial está lá. Despesas não cabimentadas do mandato anterior, e este documento não foi por si elaborado apesar de ter sido entregue sem qualquer assinatura ou referência a quem o elaborou, têm o valor de setecentos e vinte mil euros (720.000,00€), pedidos de pagamento por receber duzentos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

e cinquenta e seis mil (256.000,00€), pelo que teríamos cerca de quatrocentos e cinquenta mil euros (450.000,00€) que poderemos imputar ao anterior executivo de despesas que apareceram, e segundo alguns estavam a aparecer despesas fantasmagoricamente, e que resultam de obras que, para espanto de toda a gente, estão lá incluídas. Continuou dizendo que a justificação, caso se pudesse aceitar dessa forma, se o montante é de quatrocentos e cinquenta mil euros (450.000,00€), questiona onde estarão os outros quinhentos e cinquenta mil (550.000,00€). Talvez no próximo ano, quando vierem as próximas contas, já consiga entender. Para concluir disse que, contrariamente ao que foi dito e à mensagem que se tenta passar, a única coisa que se tem incrementado nesta Câmara com alguma facilidade e com alguma constância é a dívida e infelizmente para Manteigas a mudança saldou-se por uma dívida superior. Em razão do exposto, informou que o grupo municipal do PSD votará contra as contas apresentadas pelo executivo.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia registou as observações do Senhor Deputado Nuno Soares e ficou agradado que as suas intervenções em mandatos anteriores, num passado já distante, tenham ficado na memória e tenham sido agora lembradas. Declarou que a intervenção do Senhor Deputado foi muito positiva no que respeita ao reconhecimento que fez da contenção da despesa corrente do presente executivo, e referiu que a redução das despesas correntes foi de 14,9% logo mais perto dos 15,0% do que dos 14,5% com que o Senhor Deputado quis diminuir o esforço feito. Como ninguém se queixou com a contenção dessas despesas podemos concluir que se tratavam de despesas supérfluas.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara, depois de lhe ter sido dada a palavra, comentou as intervenções do Senhor Deputado Nuno Soares dizendo que existem diversas formas de adulterar os números.-----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares mostrou a sua discordância com a palavra dada ao Senhor Presidente da Câmara, afirmando que se houvesse qualquer esclarecimento a dar à Assembleia sobre as Contas, deveria ser feito antes das intervenções dos Senhores Deputados, facto que estranhou, como tem sido normal.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia afirmou não haver qualquer “truque de ilusionismo” ao dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, até porque depois de aberta a discussão houve a inscrição dos Senhores Deputados para intervir e que naturalmente o Senhor Presidente também se inscreveu para prestar os esclarecimentos que achar convenientes. E como quem decide sobre a matéria é a Mesa, achou que seria positivo que o Senhor Presidente pudesse intervir.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara retomando a palavra disse que, no relatório de gestão, a expressão arrumar a casa está entre aspas, metáfora que toda a gente entende se assim o quiserem. Deu como exemplo que as viaturas da Câmara até na hora de almoço circulavam para transportar familiares e andar nas compras, pelo que este “arrumar a casa” passa por estas coisas e visa criar uma gestão mais rigorosa e evitar situações deste tipo. Estes métodos poderão não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ser tão eficazes no futuro mas para já não estão a dar maus resultados, pois têm permitido reduzir a despesa corrente e, contrariamente ao mencionado pelo Senhor Deputado Nuno Soares, têm a ver com a ação da Câmara. E esses quinze por cento (15%) já estão na redução orçamental, uma vez que no orçamento da despesa cortou-se quinze por cento (15%) em cada uma das rubricas, como se pode comprovar ao comparar o orçamento de dois mil e nove com dois mil e dez. Relativamente à afirmação de que a redução das despesas tem a ver com o pessoal que se reformou e não com a ação do Executivo, é certo que tal facto também contribuiu, mas ele é mérito do executivo que não colocou mais pessoal para os substituir o que permitiu redução de despesa. Quanto à questão do Chefe de Gabinete informou que também neste caso foi a ação do executivo que permitiu a redução da despesa, assim como o facto de o Senhor Vice-Presidente não usufruir de ordenado, também é ação do mesmo Executivo. Aproveitou para questionar o Senhor Deputado se seiscentos mil euros (600.000,00€) não são significativos para o orçamento da Câmara. Relativamente à acusação de que se gastou mais em despesas de capital do que em despesas correntes, disse que houve uma redução na despesa de capital por não haver projetos candidatáveis aos fundos comunitários como se pode provar através dos ofícios de reprovação rececionados e por isso se teve de reelaborar os projetos. É verdade que alguns projetos foram feitos fora, mas muitos foram feitos na Câmara e este é mais um exemplo do “arrumar a casa” no sentido de serem os departamentos técnicos camarários a elaborar os projetos em vez de se pagarem fora e ao contrário do afirmado pelo Senhor Deputado, há mais celeridade nos processos e uma resposta mais imediata aos munícipes e não existem problemas legais na aprovação de projetos, não existindo “travão” aos projetos de obras particulares. Abordando o tema da dívida, contrapôs afirmando que a velha questão da dívida não está gasta porque a relação de responsabilidades por períodos, dívida, procedimentos iniciados em 30/10/2009, dia da tomada de posse, somam três milhões, trezentos e vinte e um mil, setecentos e cinquenta e cinco euros e vinte e oito cêntimos (3.321.755,28€). Faturas registadas em 30/10/2009: quinhentos e noventa e dois mil, cento e quarenta e oito euros (592.148,00€); faturas registadas em 31/10/2009: um milhão e cem mil euros (1.100.000,00€); faturas registadas em dois mil e dez: um milhão, quinhentos e noventa e quatro mil euros (1.594.000,00€); compromissos por realizar: trinta e quatro mil, novecentos e dezassete euros (34.917,00€), tudo isto devido a compromissos assumidos até 30/10/2009 e que só criaram despesa em dois mil e dez, pelo que a dívida aumentou, mas não foi por ação desta Câmara, não foi por ação deste executivo, que não parou com as obras em curso nem com os contratos celebrados, como por exemplo o projeto “Visitação à Serra da Estrela”, do anterior Executivo que o colocou a concurso e cuja taxa de realização foi de apenas cinco por cento (5%). O restante do projeto foi desenvolvido em dois mil e dez e criou despesa a este executivo, mas que foram compromissos assumidos do anterior. Outro exemplo é o da estrada de São Sebastião que foi recebido já em fase de adjudicação, pelo que não se iria rasgar o contrato, ficando sujeitos a penalização por parte do empreiteiro, pelo que se teve de fazer a pavimentação e essa obra foi faturada,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

tendo a despesa aparecido em dois mil e dez, assim como uma fatura de setecentos mil euros (700.000,00€) da empresa Embeiral datada de dois mil e nove. Existem valores que, somados, dão a entender que a dívida aumentou muito em dois mil e dez, mas não por ação deste executivo. Como se pode verificar no documento, não houve grande investimento de capital durante dois mil e dez, porque a dívida aumentou devido aos compromissos que se tiveram de cumprir e agora com o “arrumar da casa” pode-se compreender o que se passava. Relativamente à certificação, afirmou que a Câmara tinha todos os serviços certificados mas isso não quer dizer que se tenham dado respostas eficazes aos munícipes. Referiu ainda que, a empresa que tratou do processo de certificação da Câmara de Manteigas, falhou em toda a linha, pois foram recebidas notificações de chumbos de candidaturas que os próprios apresentaram, porque foram contratualizados para tal, e não foram capazes de fazer o seu serviço, ficando em dúvida todo o trabalho elaborado. Ainda esta semana houve nova notificação da CCDR da retirada de vinte e cinco por cento (25%) de uma candidatura, nomeadamente dos percursos pedonais, no apoio à visita da Serra da Estrela, porque a empresa, ou grupo de empresas, quer a Qualitividade quer a Tecnin que faziam tudo nesta casa, acabou por fazer “borrada”, passe a expressão. Voltando à diferença existente entre a despesa de capital e a corrente, em dois mil e dez, executou-se uma despesa de capital de dois milhões, novecentos e trinta e um mil (2.931.000,00€), enquanto que em dois mil e nove executaram-se da mesma despesa dois milhões, setecentos e trinta e três mil (2.733.000,00€), logo ainda menos que em dois mil e dez. Deixou a esperança de que em dois mil e onze, com as candidaturas que estão aprovadas e com os projetos a iniciar, haja um aumento do investimento, aumento da despesa de capital e espera no final do ano apresentar uma conta de gerência completamente diferente, mas reafirmou que a dívida vai aumentar novamente e não por ação dos compromissos do atual Executivo mas do anterior. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu por encerrada a discussão dos documentos de prestação de contas de dois mil e dez passando, de imediato, à votação que registou o seguinte resultado: aprovados por maioria com onze votos a favor das bancadas do PS e da CDU e sete votos contra da bancada do PSD. -----

Foi apresentada pelos Deputado do PS a seguinte declaração de voto:

“DECLARAÇÃO DE VOTO

À

APRECIAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2010 E APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Não foi por artes de adivinhação, que em 2005 alguns dos que hoje assinam a presente declaração de voto previram, que a manter-se a taxa de redução da execução anual das despesas de capital a mesma se situaria no final da década em 35 %. A permanente degradação de tais taxas que as execuções dos anos de 2002, 2003 e 2004 evidenciavam permitia facilmente tal extrapolação. Não foi sequer necessário atingir 2010, pois já em 2009 tal taxa atingiu os 35%.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Os motivos que então apontávamos são ainda hoje atuais e permitimo-nos aqui os citar pois dificilmente encontraríamos melhores argumentos: “uma tal matriz (na elaboração dos Planos de Atividades e Orçamentos) conduz à irresponsabilização da maioria política responsável pela gestão municipal. Ao incluírem tudo o que seja intenção de obra, quer tenha projeto ou não, dão a ilusão de que querem fazer este mundo e o outro. Não tendo nada preparado para o efeito, e sem garra para concretizarem obra, desculpam-se no final do ano seguinte, com os projetos que não havia, com os terrenos que não compraram, e todo um rol de desculpas pretendendo assim não serem responsabilizados por nada fazerem”.

Foi muito disto que aconteceu com a execução orçamental do ano 2010. O novel Executivo que acabava de tomar posse no final de outubro de 2009, na convicção de que as candidaturas apresentadas ao QREN estariam devidamente elaboradas e assegurados os respetivos procedimentos, apresentou em dezembro de 2009 um Plano de Atividades e Orçamento que não acautelou a eventualidade de tais candidaturas estarem apenas suportadas em meras intenções de investimento. Sem projetos, como depois viria a concluir com a recusa do QREN em aceitar intenções de investimento e a devolver as candidaturas, a atual maioria viu-se obrigada a arregaçar as mangas e a desencadear todas as iniciativas para corresponder às naturais exigências do QREN de que no mínimo lhe apresentassem projetos concretos com pelo menos valores minimamente credíveis de investimento. Não podia era fazer omeletas sem ovos na feliz expressão de resposta do Senhor Presidente da Câmara aos Senhores Vereadores da Oposição. Estes melhor do que antes, quando faziam parte da maioria do Executivo e tinham a responsabilidade de o elaborar, leram agora o Relatório de Gestão. Com efeito na altura nem o deveriam ler pois deixavam passar trocas de quadros e textos, com estes a referirem-se por vezes a quadros não existentes, eventualmente de relatórios de outros municípios que o “copy & paste” determinava. Ou então quando no afã de mostrarem serviço deixavam passar pérolas de gafes como a que dizia que o valor mais elevado de sempre da execução orçamental, podia ser ultrapassado pelo segundo ano consecutivo. Importa assim constatar que os Senhores Vereadores da Oposição são agora mais empenhados, embora a todo o passo tenham necessidade de afirmar que “dão o seu melhor contributo”, do que quando integravam a maioria. Os eleitores de Manteigas não deixarão por certo de o reconhecer e assim lhes manter esse estatuto no futuro.

Reconhecem os subscritores que a taxa de execução da despesa de capital, de 2010 idêntica à de 2009 – 35% não é satisfatória, embora se encontre justificada pelas razões acima apontadas. Registam como muito sensata a observação do Senhor Presidente da Câmara de que o Orçamento de 2010 foi demasiado otimista na ótica de arrecadação de fundos comunitários, otimismo esse que determinou já algumas cautelas na elaboração do Orçamento de 2011.

Reconhecem os subscritores e congratulam-se com o esforço realizado para ser conseguida uma redução das despesas correntes de 15%. Sublinham que em tais circunstâncias, utilizar como argumento político o facto de as despesas correntes ultrapassarem em 30.796€ as receitas cor-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

rentes, o que equivale a 0,88 % de tais receitas, releva da pura maledicência só justificada por um despeito que não dá garantias que se esteja a dar o melhor contributo.

Por fim congratulam-se com o facto de finalmente se ter invertido o preocupante aumento a que se vinha assistindo do aumento gradual da percentagem das despesas correntes sobre o total da despesa executada. Com efeito foram as seguintes tais taxas nos últimos anos: 2007 – 60,74% 2008 – 56,02 % 2009 – 60,31%, 2010 – 54,65%. Esta redução de cerca de 6% é significativa e tem tradução de um mesmo aumento da percentagem da despesa de capital sobre o total da despesa executada. É uma inversão que nos enche de esperança de que definitivamente se tenha quebrado o ciclo do aumento crescente das despesas correntes em desfavor das despesas de investimento e nos encoraja a dar o nosso voto favorável à prestação de contas do ano de 2010 e à aplicação do resultado líquido do respetivo exercício.”

----- O Senhor Deputado Novo de Matos usou da palavra para apresentar uma declaração de voto, justificando o seu voto a favor da prestação de contas de dois mil e dez porque, sendo muito objetivo e não fazendo juízos de valor, lhe parece que há uma tentativa de melhorar em termos económicos a gestão do Concelho. Contudo, dá-lhe a impressão que a existência das declarações de voto, tanto do PS como do PSD, se devem, apenas, ao facto de serem de partidos diferentes e parecer existir a obrigatoriedade de oposição. Conclui afirmando que o Executivo, tanto continue PS ou passe para o PSD, continue a tentar a apresentar contas e a gerir da forma mais honesta possível e em benefício do povo de Manteigas. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares apresentou a declaração de voto do PSD à Assembleia, solicitando que a Mesa proceda à sua transcrição nesta ata, sem ter de a ler no momento da apresentação, solicitando que sejam acrescentados dois parágrafos. A declaração de voto foi a seguinte:

“Declaração de Voto

Grupo PSD

1. APRECIÇÃO GENÉRICA

No seguimento do que deixamos referido e sempre com o propósito de darmos a nossa colaboração, passaremos a fazer apreciação da Conta de Gerência e Relatório de Atividades que são resultado apurado do Plano e Orçamento de 2010.

Aqui transcrevemos, com a devida consideração, pequenos estratos do Plano referido na nota introdutória: Ao quantificar as dívidas do exercício de 2009 “...parte das dívidas (correntes e de capital) irão gerar reembolsos.”, querendo significar que parte da dívida iria ser reembolsada pelos Fundos Comunitários. É uma nota sensata, entendemos nós. Já não entendemos sensato que no agora Relatório de 2010 nada se refira quanto ao que foi o valor dos reembolsos. Não só não se fala nisso, como pelo contrário se volta a insistir nas dívidas de 2009. Até quando, não sabemos. E estranhamos tanto mais quanto é um facto que as dívidas em 2010 não só não baixaram, mas subiram!



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Sobre isto não fazemos comentários.

Reportando-nos ainda à apresentação do Plano de 2010 ainda encontramos a enunciação de propósitos e até de projetos que, ao tempo e agora, achamos voluntariosos, mas improváveis na sua exequibilidade como se pode ver na seguinte transcrição: O plano e o orçamento de 2010 “...procuram adaptar-se à conhecida situação deficitária do Concelho...” e ainda, citando: “...simultaneamente estes documentos refletem a firme intenção de realizar os investimentos prioritários e possíveis no momento presente.” Mais se escrevia a seguir: “...não nos esconderemos nos fatores exógenos para justificar insucessos.”

Afinal o Plano e o Orçamento de 2010 era mesmo voluntarioso como se comprova agora no Relatório e na Conta de Gerência.

Queremos proclamar que entendemos que não é mal nenhum sonhar, pois como diz o poeta, O SONHO COMANDA A VIDA, mas é uma realidade que nós em Manteigas dependemos de, mas muito, mesmo muito de FATORES EXÓGENOS cuja realidade e exigências também achamos inadequadas e exageradas. São barreiras que nos criam quase intransponíveis, e nós no Município de Manteigas temos que revoltadamente aceitar, não sem que antes vamos à luta.

Foi um SONHO de 12.000.000 (DOZE MILHÕES) de euros no Plano que na Conta de Gerência minguou para metade.

Não se cumpre aqui o PRINCÍPIO DA ESTABILIDADE ORÇAMENTAL.

Recordamos os projetos então propostos, muitos deles, diria mesmo, a maioria foram os que nós também propusemos em programa eleitoral. Na generalidade merecem a nossa anuência e empenhamento.

Disponibilizamos o nosso apoio sabendo nós que é preciso muita força de vontade, muita luta e muito trabalho.

Por aqui damos a nossa anuência, só que entendemos que tantos projetos e tanto dinheiro – 12.000.000€ - num ano era muito dinheiro. A CRISE JÁ ERA CONHECIDA DE TODOS.

Mais, queremos aqui transcrever alguns projetos para executar em 2010 e que, sabemos agora, não evoluíram por fatores EXÓGENOS, como se diz no Relatório: Salão de Convívio do Eiró, PDM, PPP Douradas, Plano de Circulação (esses todos desleixadamente atrasados) requalificação da Entrada da Vila, Nova Sinalética e Mobiliário Urbano, Requalificação de Espaços Públicos, Eliminação de Barreiras Arquitetónicas, requalificação do Estacionamento, Ampliação da Rede de Águas e Saneamento, Construção de Sanitários Públicos e ainda Projeto e Possível Adjudicação do Aproveitamento de Águas Termas – 800.000€ em 2010 e um total de 5.732.000€ - Construção de Açudes e Levadas com o valor de 700.000€, TRANSPORTE MECÂNICO MANTEIGAS – PENHAS DOURADAS com total de 1.555.000€ e 55.000 para 2010, CENTRO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS com um montante global de 3.215.000€, DEFINIÇÃO DE PERCURSOS PEDESTRES E PROMOÇÃO TURÍSTICA com o valor de €359.000 e ainda ficando-nos por aqui, o CENTRO DE ALTO RENDIMENTO com 3.000.000€.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Não queremos ser exaustivos nem queremos obstruir ou abandonar projetos, mas dissemos e dizemos que é preciso muita imaginação e suor para encontrar financiamento.

Infelizmente, ao que sabemos, a única verba contratualizada para ser gasta em projetos foi a que conseguimos em 2009 e é de 2.000.000 de euros. Falhou a promessa de procura de novos fundos.

A outra questão é como se vão encontrar verbas para pagar a componente nacional.

Não tivemos, nem temos, respostas neste Relatório nem a tivemos no Plano e Orçamento para 2011.

Em suma os GRANDES PROJETOS estão a ZERO de execução e aguardam aprovação dos fundos europeus.

Nós dizemos presente, hoje como ontem, para manter viva a esperança dos Manteiguenses e para exigir Solidariedade Regional e Nacional para Manteigas na distribuição de verbas do QREN para os bons projetos.

Com pena nossa os projetos reprodutivos, repito, REPRODUTIVOS, terão dificuldade de evoluir, como está à vista, mesmo e apesar de ter havido redução nas Despesas Correntes. É um dado que reduziram, mas se a Câmara “gastou menos consigo própria” isso não se deve à arrumação, mas a razões funcionais a que não são alheios os gastos com os Autarcas em funções executivas e colaboradores diretos e porque se estabeleceram condicionamentos – talvez legais – na compensação dos trabalhadores por trabalho extraordinário, além da classificação económica de determinadas prestações.

Ainda assim foi impossível elevar os níveis de execução.

Nós sabemos e sempre o dissemos que os Planos são documentos previsionais, mas não os podemos desligar da realidade passada e presente.

Mais do que a sua execução, teremos que questionar sobre os projetos prioritários na execução, pois que muitas vezes inflacionamos nas quantidades apresentadas, porque a Lei assim o propicia, como alguns de nós sabem: É a ideia de que se não pegam uns talvez peguem outros.

Por tudo isto a nossa posição sendo negativamente crítica é cautelosa e branda na forma de avaliar. O mesmo cuidado e cautela não podemos ter quanto ao que foi prometido pelo Governo em 2009, em fase pré-eleitoral, e que a Câmara não conseguiu fazer cumprir. Referimo-nos à intervenção na Estrada da Ribeira, ER 338 e a ligação da EN 232 à autoestrada, por Valhelhas.

Fazemos esta crítica com a autoridade moral que advém das malévolas críticas que nos foram dirigidas, por via dos atrasos na remodelação da estrada 232, Manteigas – Belmonte. Foi há poucos anos, por isso muitos se lembram.

Aqui e agora estamos disponíveis para fazermos pressão, sem correremos atrás de dividendos políticos.

2. APRECIACÃO ESPECÍFICA



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Os documentos da Conta de Gerência e o Relatório mostram objetivamente que a execução orçamental ficou globalmente em metade (50%) do que constava do Orçamento para 2010, isto apesar de a dívida da Câmara, ao contrário do que se pensava, em lugar de ter diminuído, aumentou. São opções de gestão que respeitamos, mas que contraria o que julgávamos serem os pressupostos da arrumação.

Dizemo-lo convictamente e aguardamos a evolução sendo objetivo e manifesto que em 1994 a dívida que encontrámos na Câmara era, na moeda atual, de cerca de DOIS MILHÕES DE EUROS e fomos capazes de encontrar soluções. Também, ao tempo estávamos no fim do Iº QUADRO COMUNITÁRIO e a entrar no II QCA.

Facto é que em 2010 aumentou a dívida e também aumentaram os empréstimos bancários e compromissos.

Ainda assim, porque temos na Câmara capacidade de endividamento, daremos parecer favorável a novos e necessários empréstimos se forem para INVESTIMENTOS REPRODUTIVOS.

Mas retornando aos EMPRÉSTIMOS, e, em abono da verdade, e a bem da apreciação da CONTA DE GERÊNCIA, importa destacar que se não fosse o empréstimo bancários para se comprar a SOTAVE – que apoiámos – as RECEITAS DE CAPITAL e as DESPESAS DE CAPITAL baixariam cerca de 15% e o nível das suas execuções baixaria para 20% e não 35%.

Ressalta-se nos documentos que são elevados os custos e os apoios aos Municípios com a distribuição de água de consumo, recolha e tratamento de esgotos/efluentes e lixo/resíduos sólidos urbanos.

Os custos são elevados sem dúvida e também significa que o Governo não faz executar a sua própria política que deveria apoiar os preços nos Municípios mais pequenos.

São caros é verdade, particularmente, porque os nossos conceterrâneos têm gravíssimos problemas de emprego e rendimento.

O possível, repetimos, possível abaixamento do preço da água abordado no Plano de 2010 não foi possível, diz-se, porque a Empresa das Águas aumentou em 10% os custos.

É verdade, mas quando há três anos aumentaram os preços em + 160%, porque passaram a debitar os esgotos e a Câmara começou a cobrar o tratamento de efluentes, os Autarcas do Partido Socialista encabeçaram um levantamento político da população e acharam que era quase um roubo, era um atentado aos Manteiguenses e propuseram o abaixamento das tarifas em 50%.

Sem populismos há que equacionar se a bem das pessoas se não se deverá dar prioridade a esta matéria.

Recorda-se aqui que a Lei impõe regulamento de apoio social para esta matéria, como referimos na discussão do Plano de Atividades já em 2009/2010.

Estas e outras matérias estão à margem das exigências legais para as Autarquias que abordaremos a seguir.

3. LEGALIDADE E FORMALISMO DOS DOCUMENTOS



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Tivemos oportunidade, em 2009/2010, de referir e alertar que de acordo com a LEI (Decreto-Lei nº 54-A/99), era imperativo que as Grandes Opções do Plano incluam, tratando em separado, o PPI – Plano Plurianual de Investimentos.

No PPI devem ser discriminados os projetos e ações que impliquem despesas orçamentais a realizar POR INVESTIMENTOS.

O PPI tem uma estrutura própria e é controlado através do mapa “EXECUÇÃO ANUAL DO PPI”. Este é um documento que destaca o nível de execução financeira anual e global.

A sua apresentação, embora solicitada por nós, não foi feita.

Apresentaram-se as GOP's mas insuficientemente e deficientemente preenchidas.

Agora com o Relatório apresenta-se não a Execução das GOP's mas a execução do PPI. Com o tempo de que dispusemos não foi possível comparar GOP's com o PPI. Não apreciamos convenientemente nem umas (GOP's) nem outro, o PPI.

Ainda assim não podemos deixar de referir que o Mapa de Execução do PPI tem falta de dados indispensáveis:

Aparecem Projetos/Ações cuja data final de execução é em 2009 mas têm verbas inscritas em 2010; Outros há que têm o fim em 2011 e só tem verbas previstas até 2010;

Todas as verbas das GOP's estão já “DEFINIDAS” e nenhuma “A DEFINIR” isto é todas as verbas previstas estão negociadas e contratualizadas; no que se refere a “Fontes de FINANCIAMENTO” há percentagens (%) que serão financiadas pela AC (Administração Central) e por FC (Fundos Comunitários) já com valores definidos sem que haja contratos ou acordos firmados.

Referimo-nos ao ano de 2010: Na rubrica “Execução de Anos Anteriores” nas GOP's/2010 constavam uns valores na “avaliação” feita por referência ao mês de outubro de 2010 apresentava outros completamente diferentes e os valores atuais do Relatório ainda são diferentes.

Para as mesmas situações, valores que deviam ser iguais, são todos diferentes. Não conseguimos perceber e não é de todo aceitável esta situação. O que a Lei impõe não podemos nós incumprir.

Suscitámos em tempo, e, também em obediência à Lei, que fossem apurados os custos subjacentes à fixação de preços e tarifas o que não foi feito ou, pelo menos não nos foi presente.

Repetimos a referência a esta omissão, porquanto as tarifas e preços com abastecimento público, águas residuais e gestão de resíduos (Lei 2/2007, Decreto-Lei nº 194/2009 e Portaria 34/2011) devem constar de Regulamento com eficácia externa e só com o referido Regulamento se poderão cobrar custos inferiores aos custos suportados pela Câmara.

Estamos perante um incumprimento legal para que reiteradamente alertamos e que se mantém.

Alertamos, por último e não menos importante (a par da exigência de EXATIDÃO, INTEGRIDADE E FIABILIDADE dos registos) para o facto de, contrariamente ao que está determinado, AS RECEITAS CORRENTES SÃO INFERIORES ÀS DESPESAS CORRENTES, o que revela uma grave ilegalidade e uma falha de gestão.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Com os esclarecimentos prestados pelo senhor Presidente da Câmara mais preocupados ficamos, pois, pelos valores referidos, apenas cerca de 900 mil euros da execução de despesa de capital é imputável à ação deste executivo, o que dá uma taxa de execução de 12%. O adjetivo para tal execução fica a cargo de cada um.

Quanto ao facto referido de se ter cortado em despesas supérfluas, pois pela afirmação utilizada, “essas despesas eram mesmo supérfluas pois ninguém se queixou”, apenas gostaríamos de referir o seguinte: Como seria bom ouvir neste momento os integrantes da lista de credores da Câmara Municipal de Manteigas.

Pelo que longamente explanámos entendemos votar contra a PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2010, vistas como um todo.”

----- O Senhor Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia lembrou que as Contas deverão ser aprovadas em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia lembrou que face à deliberação tomada na última sessão da Assembleia Municipal, todas as deliberações que careçam de ser aprovadas em minuta o são automaticamente quando aprovadas. -----

----- PONTO QUATRO DA ORDEM DE TRABALHOS -----

-----APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu por iniciado este ponto na ordem de trabalhos. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara solicitou a palavra para esclarecer que na listagem apresentada é mencionada uma participação no congresso da ANAFRE na Guarda, facto que não aconteceu, apesar de ter recebido o convite e esperar estar presente, mas tal não foi possível. -----

-----O Senhor Deputado Pedro Soares cumprimentou os presentes e pediu desculpa pelo atraso. Esta sua intervenção vai no sentido de afirmar ser de “bom tom” a Câmara Municipal informar, ou dar conhecimento às freguesias, das obras que se pretendem realizar em cada uma delas. Uma vez que se sente um pouco desprezado, quanto a obras municipais, pois têm sido concentradas na sede de concelho, gostaria de saber o que significa a pavimentação no caminho dos Moinhos em Sameiro, pois não sabe de que consta a obra. -----

-----O Senhor Presidente da Câmara respondeu que o Senhor Deputado Pedro Soares receberá em breve um ofício da Câmara a dar conhecimento desta pavimentação. -----

-----O Senhor Deputado Manuel Carvalhinho informou que esta sua intervenção irá no sentido dos projetos em curso. Refere-se que o Plano de Pormenor das Penhas está a aguardar o projeto final, quanto ao PDM, a proposta irá brevemente à Comissão de Acompanhamento, pelo que a sua questão é como se está a articular com a definição do plano regional que, ao que julga saber, uma coisa depende da outra e como o plano das Penhas Douradas é um plano de pormenor e como tal depende do PDM que por sua vez depende do regional, como é que se está a trabalhar sem ter o regional definido, ou se já está definido e já há diretrizes. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Presidente da Câmara respondeu que todos estes documentos dependem uns dos outros. A Câmara tem estado presente nas reuniões da CCDR e na Associação Nacional de Municípios Portugueses para discutir algumas questões que têm a haver com o ProtCentro. A primeira reunião foi no sentido de solicitar um prolongamento do período de estudo e da apresentação do ProtCentro, no sentido de se conseguir introduzir algumas alterações julgadas essenciais no planeamento desta nossa região, com o nosso concelho e com as Penhas Douradas. E um dos casos era que as áreas mínimas para instalação de projetos turísticos não se enquadravam, ou o projeto das Penhas Douradas não se enquadrava naquilo que estava a ser feito através do ProtCentro. Nas reuniões seguintes houve a informação da integração da maior parte das sugestões apresentadas e o ProtCentro está em fase de envio para o Ministério para homologação e segundo informações através da CCDR, a Senhora Ministra pretende homologar o ProtCentro antes do dia dezasseis de maio. Relativamente aos PDM informou que haverá algumas alterações introduzidas pelo ProtCentro, tendo, as Câmaras, noventa dias para proceder às mesmas alterações, não sendo necessário levar o PDM existente às Comissões de Acompanhamento. No que diz respeito às revisões do PDM que estão a ser feitas, disse que a primeira Comissão de Acompanhamento já deveria ter reunido e tal não aconteceu porque cada vez que o plano de pormenor chega à Câmara, há sempre qualquer coisa que é preciso alterar. No entanto, crê que não fará mais alterações de modo a que o PDM seja enviado à Comissão de Acompanhamento, que deverá fazer algumas avaliações e até propor alterações. Contudo salientou que o documento voltará à Assembleia Municipal. Depois de tanto trabalho feito em dois mil e dez espera que em poucas reuniões o assunto fique resolvido.-----

----- O Senhor Deputado Manuel Carvalhinho pediu que o esclarecessem se todas as obras que estão em curso e projetos apresentados, daquilo que se prevê executar em dois mil e onze, são candidatas e quais as que o podem ser ao QREN e com que valores. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara afirmou que espera realizar o máximo do que está previsto no plano de atividades para dois mil e onze. Alguns projetos, a maior parte deles serão candidatas ao QREN e outras obras resultam de necessidades do espaço urbano. Contudo, lembrou o projeto do Centro de Produção de Energias Renováveis, ideia aprovada no mandato anterior, que passou a projeto em dois mil e dez, que já foi concursado e está em fase de adjudicação, prevendo-se o seu início ainda para dois mil e onze; o Centro de Interpretação do Vale Glaciar cuja obra já foi iniciada e da qual se prevê a execução de oitenta por cento (80%) da mesma; o Ninho de Empresas na zona da SOTAVE que se prevê iniciar brevemente e do qual já se fez a intenção de adjudicação; o saneamento no Casão e Rua Filipe em Vale de Amoreira também tem início previsto para breve; o mesmo deverá acontecer com o saneamento e abastecimento de água no Cabecinho, em Vale de Amoreira. Estas obras estão já refletidas no plano de atividades para dois mil e onze.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----O Senhor Deputado Novo de Matos dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, disse que ficou contente pela forma como a apresentação da informação à Assembleia Municipal na última sessão tinha sido feita, pois diferenciava o que está em curso e o que está feito objetivamente, mas que desta vez voltou ao método anterior. O seu pedido vai no sentido de lhe voltar “a fazer a vontade” e discriminar os projetos em curso e os realizados. -----

-----PONTO CINCO DA ORDEM DE TRABALHOS-----

-----APRECIÇÃO DE QUALQUER OUTRO ASSUNTO DE INTERESSE PARA O CONCELHO-----

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu início a este ponto lembrando haver uma proposta do Senhor Deputado Nuno Soares. -----

-----O Senhor Deputado Nuno Soares leu então a seguinte Moção:

“Moção

De acordo com o nº 1 do artigo 2º do Estatuto da Comurbeiras a sua sede deve localizar-se em Manteigas.

Considerando que a Câmara Municipal de Manteigas disponibilizou oportunamente instalações para funcionamento do Conselho Executivo.

Considerando que foi em Manteigas que funcionou no período de instalação a Comurbeiras, onde era recebido todo o expediente que lhe reportava.

Considerando que foi aliás, em Manteigas, que esteve aberta a conta bancária da Comurbeiras.

Considerando que foi, por votação, contra a vontade do Município de Manteigas, que os serviços de apoio se sediaram na Covilhã, sendo normal e estatutário que esses serviços funcionassem com a sede, no concelho de Manteigas.

A Assembleia Municipal de Manteigas, reunida em sessão ordinária de 29 de abril de 2011, opõe-se à solução encontrada, por ser contra o estatuído, sem que a Assembleia-Geral sequer se tenha pronunciado sobre o assunto.

Entende por isso que o assunto deve ser reavaliado de acordo com os Estatutos.”

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia releu o documento apresentado depois de sugeridas algumas pequenas alterações com o consentimento dos senhores deputados. -----

-----O Senhor 1º secretário Albino Cardoso declarou que o grupo do PS não tem qualquer dúvida em votar uma moção, mesmo que esteja sustentada pela própria Lei no sentido que a sede seja efetivamente em Manteigas, mas lamenta que se tenham perdido sete anos, assumindo a sua quota de responsabilidade, enquanto elemento da Assembleia da Comurbeiras. Referiu ainda que são feitas afirmações que, na Câmara de Manteigas, se desconhecem. Não duvida delas nem põe em causa a afirmação feita nesta proposta. Alerta para o facto que uma moção deste tipo não deve cair “fria” nem na Assembleia nem no Conselho Executivo da Comurbeiras. Enquanto profissional bancário não se pronunciará sobre a referência à conta bancária da Comurbeiras em Manteigas mas está de acordo relativamente aos outros pontos mencionados. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou a moção à votação que obteve o seguinte resultado: aprovada por unanimidade tendo o Senhor 1º Secretário da Mesa, Albino Saraiva Cardoso, apresentado a declaração de voto sobre a referência à conta bancária.-----

----- O Senhor Deputado Pedro Soares solicitou a palavra para informar que o seu atraso se deveu à participação numa reunião, enquanto coordenador distrital da ANAFRE, sobre televisão digital terrestre. Lembrou que numa sua intervenção anterior sobre o assunto, afirmou que a Câmara se tinha distraído muito relativamente a este tema e o sinal digital está distribuído pelo país. Para desgosto de Manteigas, o Concelho apenas tem uma cobertura de sinal digital de treze por cento (13%) em relação à sua área. Como o sinal analógico será desligado em vinte e seis de abril de dois mil e doze, as hipóteses de receção passarão pela aquisição de um decodificador que rondará os quarenta euros (40,00€) ou então via satélite será a Portugal Telecom a instalar com um custo estimado semestralmente e que atualmente se situa nos cinquenta e cinco euros (55,00€). Informou que a ANAFRE está a organizar uma formação para os presidentes de junta de modo a poderem auxiliar as pessoas nesses procedimentos, evitando assim que haja alguém a aproveitar-se da situação para enganar as pessoas mais idosas. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares prestou conta das suas participações extra Assembleia Municipal que foram as seguintes: reunião da Assembleia da Comurbeiras, já referida nesta sessão e onde levantou a questão da sede; duas reuniões da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), sendo a primeira na primeira semana de março que por motivos profissionais não esteve presente, mas como esteve na outra e segundo sabe o assunto foi o mesmo, informa que se está a desenvolver o projeto de dinamização das comissões alargadas e sobre o qual haverá nova reunião, deixando já o alerta que, em princípio, para a assembleia de junho, será pedido um ponto para apresentação do trabalho que está a ser feito e pede desde já autorização à Mesa e a todos os colegas deputados para que houvesse uma pequena alteração na ordem de trabalhos e esse fosse o primeiro ponto a ser tratado, permitindo a que os membros da CPCJ que não residem no concelho possam estar presentes e regressar a suas casas em horário normal, como acontece com a representante da Segurança Social ou da escola. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia pediu ao Senhor Deputado Nuno Soares que lhe fizesse chegar essa informação com a devida antecedência, porque, em princípio, a reunião de junho seja a dezassete devido a que a última sexta é dia vinte e quatro e calha a meio de uma ponte. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares solicitou a palavra para dizer que quando foi eleito, assim como outros colegas deputados para representarem a Assembleia em diversas comissões, também foram eleitas pessoas que não fazem parte da Assembleia. Havia o compromisso de reportar à Assembleia Municipal o desenvolvimento que vai havendo nas comissões em que participam. Regista com agrado que, com alguma regularidade, os colegas têm feito chegar o *report* daquilo que se tem passado, mas das pessoas que não integram a Assembleia Municipal nem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

sequer se sabe se as comissões funcionam ou não, pelo que agradece ao senhor presidente que enverede esforços junto dessas pessoas para que façam um relatório escrito, nem que seja de meio em meio ano, de modo a saber se há necessidade de proceder a algum ajustamento.-----

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia questionou o Senhor Deputado sobre quais seriam essas comissões que não integrem elementos da Assembleia Municipal.-----

-----O Senhor Deputado Nuno Soares disse existir uma em que há um representante da Assembleia de Freguesia de Sameiro, mas que não sabe ao certo qual a comissão, mas julga estar relacionada com as florestas, mas tal poderá ser confirmado na ata de dezembro de dois mil e nove, segundo se lembra. -----

-----E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu a sessão por encerrada sendo cerca das vinte e três horas e cinquenta minutos. Desta sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia e pelos Senhores Secretários da Mesa.-----

-----O Presidente da Mesa -----

----- *António Manuel de Lemos Santos* -----

-----O 1º Secretário----- O 2º Secretário -----

----- *Albino Saraiva Cardoso* ----- *Daniel António Quaresma Costa* -----